
ATUALIDADE DAS AÇÕES E DOS PENSAMENTOS MAÇÔNICOS DE RUI BARBOSA

José Nagel¹

Rui Barbosa viveu 73 anos – de 5 de novembro de 1849 a 1º de março de 1923. Sua existência confunde-se com a da própria nacionalidade, tendo estado presente nos momentos mais relevantes da transição do Império para a República.

Daí as merecidas e justas homenagens no seu sesquicentenário de nascimento, cujo ponto alto foi o próprio Decreto da Presidência da República instituindo 1999 como “Ano Joaquim Nabuco e Rui Barbosa”. Observei, no entanto, que, em todos os discursos e artigos, não se mencionou o legado maçônico deixado por esse que foi e continuará sendo considerado por todos um verdadeiro portento e uma celebridade nacional.

Por essa razão, aproveitando-me da “Semana Rui Barbosa”, levada a efeito no Tribunal de Contas da União, por inspiração e iniciativa do Eminentíssimo Ministro-Presidente Iram Saraiva, achei conveniente desenvolver algumas reflexões também sobre mais essa faceta de nosso memorável homem público, inclusive para resgatar a ação e o pensamento maçônico de Rui Barbosa.

Não saberia nem poderia, nesta singela peça, reproduzir os feitos e fatos mais marcantes da monumental biografia de Rui Barbosa, dada a imensidade deles na vida do estadista, advogado e maçom, que, aliás, como já se disse da “Águia de Haia”, “*foi tudo quanto quis ser*”.

A trajetória desse nosso notável brasileiro é tão poliédrica e multifacetada, que só a enumeração das atividades e funções exercidas por ele seria suficiente para revelar seu grande valor e importância na vida nacional. E nem poderia eu pretender falar aqui do Rui orador, jornalista, político, prosador, doutrinador, escritor, poliglota, filósofo, pedagogo, constitucionalista, deputado, vice-chefe do Governo Provisório, ministro da Fazenda, senador, tribuno, literato, diplomata, jurista, etc. Mas algumas passagens de sua inextinguível vida gostaria de destacar, para reverenciar seus dons e compromissos essencialmente maçônicos, traduzidos que estão no amor que nutria pelos seus semelhantes, na fé em Deus e na Justiça, vivendo e agindo de acordo com seu pensamento e palavras.

Assim é que, como maçom, foi Orador da Loja América, onde esteve extremamente engajado na luta abolicionista, tendo ele próprio assinalado a esse respeito o seguinte:

“Desse posto me bati contra o meu ilustre venerável, o Dr. Antônio Carlos, meu lente então de direito comercial, em defesa de um projeto meu, que dois anos depois, o ato de 28 de setembro veio a converter em lei do país.”

¹ Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa.

Referia-se ele, naquela ocasião, ao projeto apresentado na Loja, a respeito de educação popular e liberação de crianças do sexo feminino nascidas de escravas pertencentes a maçons. E, como se sabe, a 28 de setembro de 1871, ocorria, no Brasil, uma das mais importantes conquistas maçônicas – a Lei do Ventre Livre, pela qual ficavam livres os filhos das escravas nascidos no País a partir daquela data.

Rui julgava a escravidão uma aberração moral e entrave ao desenvolvimento. Entretanto, sua participação nos feitos maçônicos não se limitou apenas à campanha abolicionista – junto com Castro Alves. Acrescente-se o fato de que das lojas maçônicas, como aquela que freqüentava Rui, surgiram as idéias republicanas e os verdadeiros movimentos de mudança do pensamento político no Brasil, através da imprensa e de conferências. Diga-se de passagem, eram esses os dois mundos de atuação profícua e profusa de nosso irmão. Seus pronunciamentos eram verdadeiras defesas e admiráveis libelos (*DEFESA* dos escravos, dos fracos e dos oprimidos; *LIBELO* contra a injustiça, a ilegalidade, a desigualdade e a tirania).

A história conta mesmo que Rui, na imprensa, fez a República, como definiu no outro maçon Benjamim Constant: “*seu artigo de hoje, ‘Plano Contra Pátria’, fez a República e me convenceu da necessidade imediata da revolução*”. Tanto que, a 15 de novembro, Rui Barbosa redige o primeiro decreto da República e é nomeado, por outro maçon, Deodoro da Fonseca, para ministro e secretário da Fazenda; no mesmo dia, para interino da Justiça; e, pouco mais de um mês depois, chega a “Primeiro Vice-Chefe do Governo Provisório.”

É interessante que, no ano seguinte, em 6/5/1890, quando Deodoro queria deixar a chefia do Estado dizendo que: “*é-me impossível o alto cargo de que fui investido – o de chefe do Governo Provisório – porquanto nem tenho a paciência de Jó, nem desejo os mártires de Jesus Cristo*” e, assim, tentava transferi-la a Rui, tal só não ocorreu graças à resistência deste, que convence o Marechal da necessidade de continuar no posto de comando. E afirma Rui: “*Não podemos abandonar o andor na rua e o andor é a Constituição. Não vamos assumir a responsabilidade de deixarmos a República sem Constituição.*”

Na verdade, Rui passou a vida inteira em defesa dos valores mais sagrados, como a Lei, o Direito, a Justiça, a Liberdade, a Igualdade e a Democracia. Foi Presidente da Academia Brasileira de Letras e um dos mais perfeitos e opulentos maneja-dores da nossa língua. Grande advogado dos Direitos Humanos, trabalhou mais do que outros gênios. Levantava-se todos os dias às quatro horas da madrugada e iniciava seus estudos e trabalhos.

Sem ter herdado fortuna, sobreviveu de sua profissão de jurista, advogado, escritor e orador. Lia medicina, engenharia, astronomia, arte, literatura e, acima de tudo, biografias. Não lia por ler, mas meditando, anotando, concluindo.

Só para dar um último exemplo, Rui desligou-se da pasta da Fazenda em virtude dos resultados inflacionários de sua administração (hipótese inimaginável para aqueles que sonham com o poder). É nessa fase de sua trajetória que concebe e cria o Tribunal de Contas da União, como “*corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura*”.

Certamente foi SANTIAGO DANTAS quem melhor resumiu a vida de estudo e trabalho de Rui:

“Todos os dons reais ou imaginários que se reconheceram ou se atribuíram a Ruy Barbosa – seu saber, supostamente enciclopédico, seu preparo de poliglota, sua capacidade de trabalho, seus esforços mentais sem proporção com o seu físico, seu gênio verbal desmedido – carregariam de uma energia emocional indestrutível, o vínculo eletivo que o prenderia à sociedade de que estava fadado o ser o ideal.”

E para a Justiça, Rui, em “A Imprensa”, deixou imorredoura advertência aos juízes:

“Por seis julgamentos passou Cristo, três às mãos dos judeus, três às dos romanos, e em nenhum teve juiz. Aos olhos dos seus julgadores refulgiu sucessivamente a inocência divina, e nenhum ousou estender-lhe a proteção da toga. Não há tribunais, que bastem, para abrigar o direito, quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados.”

Neste ponto, até para ser o mais fiel possível, sobre sua vida, destaco o que o próprio Rui escreveu, no “Discurso do Jubileu”, respondendo, então, a pergunta - o que tem sido a minha vida?, numa tentativa de demonstrar que jamais poderia ser considerada literária *uma vida caracterizada toda ela, ininterruptamente, nos seus períodos sucessivos, por esses atos de contínuo batalhar:*

“Os órgãos de publicidade, que redigi, eram todos eles de política militante; os livros, que escrevi, trabalhos de atividade pugnaz; as situações, em que me distingui, eram situações de energia ofensiva ou defensiva. Propugnei ou adversei governos; golpeei ou escudei instituições; abalei até a morte um regime, colaborei decisiva e capitalmente no erigir de outro. Pelejei contra ministros e governos, contra prepotências e abusos, contra oligarcas e tiranos. Ensinei, com a doutrina e o exemplo, mas ainda mais com o exemplo que com a doutrina, o culto e a prática da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e horror da opressão, o valor e a eficiência da justiça, o amor e o exercício da liberdade.”

Na esteira de suas palavras, não poderia terminar essas observações sem colocar também em destaque alguns pensamentos desse brasileiro genial, que, direta ou indiretamente, podem ser tidos como grandes ensinamentos.

Em “Oração aos Moços”, Rui lembra de “Deus, pátria e trabalho” – como “três fés”, “três amores” e “três signos santos”.

No Colégio Anchieta, pede: “Dilatai a fraternidade cristã, e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade”

Muito antes, em discurso – “O DESENHO E A ARTE INDUSTRIAL”- propagava “a fraternidade entre todas as classes, aniquilando todas as concepções de

casta e estabelecendo realmente entre todos os homens a igualdade moral”. Para, em seguida, afirmar:

“Eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela intolerância. Eu não substitui a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo”.

Noutra conferência já consignava:

“Se o poder se regesse pela lei do Evangelho, regido seria o mundo pela lei do amor, que é a lei de Jesus”.

Tudo isso, porque Rui Barbosa sempre acreditou que só Deus podia infundir o amor da beleza, da verdade e da justiça. O mesmo DEUS DOS LIVRES: *“o Deus da obediência, da caridade e da ordem, da tolerância, da união e da paz, entre os indivíduos e as famílias, entre os Estados e as raças, entre as idéias e as crenças”.*

Esse tão verdadeiro e harmonioso Ser Supremo, que, para Rui, era impossível conceber o homem sem Deus:

(...) Deus é a necessidade das necessidades. Deus é a chave inevitável do Universo, Deus é a incógnita dos grandes problemas insolúveis, Deus é a harmonia entre as desarmonias da criação. Incessantemente passam, e hão de passar no vórtice dos tempos, as idéias, os sistemas, as escolas, as filosofias, os governos, as raças, as civilizações; mas a intuição de Deus não cessa, não cessará de esplender, através do eterno mistério, no fundo invisível do pensamento...” (in “Discurso no Colégio Anchieta”).

Além de DEUS e da HUMANIDADE, da FRATERNIDADE e da TOLERÂNCIA, Rui Barbosa, em seus escritos, se ocupou também da FAMÍLIA, da PÁTRIA e do POVO:

“A pátria é a família ampliada. E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício.”

“O povo ama a paz e a família, a segurança e a liberdade, a inteligência e a justiça. O povo é o amigo fiel dos que discutem e produzem a luz, dos que pugnam pela humildade dos fracos, dos que arrostando a soberba dos prepotentes.”

E, por último, aos que o acusavam de instável, como homem público, pelas constantes mudanças, respondeu, em certa ocasião:

“De mudar nem mesmo o céu, o inferno ou a morte escapam. Mudar é a glória dos que ignoravam e sabem, dos que eram maus, e querem ser justos, dos que não se conheciam a si mesmos, e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se. O que, no mudar, se quer, é que se não mude para trás, nem do bem para o mal, ou do mal a pior”.

É tempo de encerrar. E nessa minha tentativa de fazer uma síntese de Rui Barbosa, fui colher uma frase que reputo a mais adequada para traduzir essa insigne figura: Rui não era *“uma pessoa, mas um programa”*.

E, rigorosamente, para os dias que estamos vivendo, retirei, ainda, desse memorável programa, que foi Rui, uma de suas mais célebres advertências, vertida em lição eterna de geopolítica, em especial no Brasil de hoje:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver se agigantarem os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir da honra e ter vergonha de ser honesto”

Cumpri com o dever ao dizer que Rui Barbosa continua sendo e será para sempre um exemplo e um espelho de nacionalidade, civismo e maçonaria.

Assim, termino esta modesta peça lembrando o que já também foi lembrado alhures: *“EM LOUVOR DE RUI BARBOSA MUITO JÁ SE DISSE; MUITO AINDA SERÁ DITO, E JAMAIS SE DIRÁ TUDO.”*